

ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Tece alguns comentários sobre o relatório da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, disponibilizado à mídia catarinense.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Critica a situação da saúde no estado de Santa Catarina.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Discorre em relação à audiência com o governador do estado de Santa Catarina e a bancada do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à malha ferroviária no estado de Santa Catarina.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a importância dos radares.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Fala sobre o aeroporto regional de Jaguaruna.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se aos investimentos no Hospital Marieta Konder Bornhausen.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Faz referência à questão da agricultura familiar.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Aborda as complicações geradas por novas políticas públicas no que diz respeito ao regramento especificamente do ICMS.

DEPUTADO DADO CHEREM - Registra investimentos do governo estadual; critica o prefeito de balneário Camboriú.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Aborda a necessidade de que a força política do nosso estado esteja à disposição dos grandes eventos que acontecem e que transformam completamente a economia de qualquer lugar; reporta-se ao pedido de tutela antecipada que o Ministério Público de Santa Catarina protocolou para que o estado dê uma solução aos problemas estruturais e sanitários e a falta de recursos humanos e materiais que atingem o Hospital Infantil Joana de Gusmão de Florianópolis.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Tece comentários a respeito da segurança pública no município de Saudade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, hoje venho acompanhado do nosso mascote do Proerd, em homenagem à belíssima sessão que tivemos aqui ontem à noite, que contou com a presença dos nossos instrutores do Proerd. São 276 instrutores em todo o estado de Santa Catarina.

Esse curso é fantástico, é bem verdade que buscou *know-how* nos Estados Unidos, mas deu certo em Santa Catarina e é modelo para o Brasil.

Deputado Sargento Amauri Soares que nos acompanhou ontem aqui, v.exa. sabe que a sessão de ontem foi muito emotiva, até porque a maioria dos deputados teve filhos que passaram, deputada Angela Albino, pelo curso do Proerd. Também tive a satisfação de ter os meus dois filhos, o Israel e a Deise, cursando o Proerd.

E queremos avançar com o Proerd para outras faixas etárias, deputado Sargento Soares, como o Proerd Família, que precisa ser implementado em nosso estado. Mas coube a esta Casa homenagear os pioneiros, que aqui estavam, desse programa iniciado há 15 anos, lembrando que um milhão de catarinenses já passaram pelos cursos do Proerd. É um número fantástico para o Brasil. E nós que temos enfatizado o eixo da prevenção, da reabilitação, da repressão, sabemos que a pérola preciosa de tudo isso é a prevenção.

Por isso, esse trabalho feito pelo Proerd merece os nossos aplausos. E foi com muita satisfação que esta Casa fez a sessão especial, na noite de ontem, em homenagem aos 15 anos desse programa promovido pela Polícia Militar de Santa Catarina.

Quero rapidamente, sr. presidente, srs. deputados, traçar alguns comentários sobre o nosso relatório da Frente Parlamentar de Combate e

Prevenção às Drogas, que disponibilizamos à mídia catarinense.

Tive a oportunidade de fazer a entrega desses números no domingo à tarde ao sr. governador antes de colocar à disposição da imprensa para a sua análise, e alguns números inclusive foram questionados pela Polícia Rodoviária Federal. E ontem tivemos um debate interessante na TVCOM.

Nós recebemos o relatório, sr. presidente, até o mês de outubro e tivemos os meses de novembro, dezembro e janeiro deste ano para processar toda essa matemática. Nós fizemos uma pesquisa científica nos 293 municípios até então existentes em Santa Catarina - hoje são 295.

Em relação à Polícia Rodoviária Federal, tínhamos 54 bafômetros e pulou agora para 84. Foram 30 bafômetros a mais que o governo federal encaminhou à Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina. E, portanto, é justo que também reconhecemos a adequação desses números ao nosso relatório. Nós estamos agora elaborando o relatório final certamente já com essas devidas adequações.

Mas é interessante que nessa repercussão do relatório sobre álcool e direção nas estradas de Santa Catarina tivemos também uma aproximação muito interessante com diferentes órgãos e entre eles a Polícia Rodoviária Estadual, e eu quero traçar aqui alguns paralelos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não! Ouço v.exa, nosso médico também sempre muito interessado nessa questão do álcool e volante.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Ismael dos Santos, quero parabenizar v.exa. pela sessão solene de ontem e dizer que realmente o Proerd é muito importante no nosso estado.

Lá na nossa cidade, Canoinhas, tem o comandante Mário Renato Erzinger que faz um excelente trabalho com os nossos jovens. E tudo o que v.exa. relatou é a pura verdade: esse é um programa que faz com que os nossos jovens fiquem

resistentes às drogas. Esse é um programa que realmente faz bem à nossa comunidade.

Parabéns, deputado Ismael dos Santos!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, que representa a região norte do estado de Santa Catarina e que tem estado conosco também nesses debates sobre a Frente Parlamentar.

De fato, preocupa-nos quando lembramos que a cada 11 minutos no Brasil, sr. presidente, temos um óbito nas estradas do país em decorrência do álcool. São 47 mortes por dia em decorrência do álcool no país, sem falar em toda a tragédia nas estradas brasileiras: 40 mil mortes/ano, 800 mil feridos. E sabemos que boa parte disso está relacionada à questão do álcool.

Ontem, no debate que fazíamos com a Polícia Rodoviária Estadual e com a própria Polícia Federal, ajustando os números, ficamos felizes com as notícias. Embora trazendo no relatório a preocupação de que em 222 municípios de Santa Catarina não temos um aparelho de bafômetro. Isso é inadmissível, falamos ao governador.

Hoje, um bafômetro, nós temos, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa., que tem mais legitimidade para falar sobre isso, porque é da área, mas há bafômetros de R\$ 500 até R\$ 5.000, dependendo do Kit. Mas não é possível continuarmos com isso. Não é culpa da Polícia Militar.

É preciso que as prefeituras municipais também entrem conosco nesse enfrentamento, para que possamos ter esse monitoramento nas nossas estradas.

A Polícia Rodoviária Federal nos trouxe uma boa notícia, e a estadual também. A Polícia Estadual nos dizia que, comparando os dois primeiros meses de 2012 com os dois primeiros meses de 2013, tivemos uma redução nos acidentes de trânsito em Santa Catarina, nas estradas estaduais e, melhor ainda, nas estradas federais. Também no paralelo dos dois primeiros meses de 2012 com 2013, tivemos uma redução de 20% de óbitos. Isso é muito bom, muito positivo. Acredito que é resultado de toda essa movimentação da

própria questão da blitz da Lei Seca, Tolerância Zero, embora haja incredulidade por parte de alguns setores. Mas entendemos da positividade dessas ações enquanto sociedade civil organizada e também feita por parte do governo.

Um dado muito importante que me chamou a atenção foi de que nós no ano passado éramos segundo lugar no *ranking* em mortes nas estradas federais. Só perdíamos para o estado de Minas Gerais que continua, infelizmente, sendo o primeiro ainda do *ranking*. E agora, já nesses dois primeiros meses de 2013, nós caímos. E essa é uma queda positiva. Nem toda queda é positiva, mas essa é positiva. Caímos no *ranking* para o sétimo lugar. Então, saímos do segundo lugar para o sétimo lugar em mortes nas estradas federais, no estado de Santa Catarina.

Então, queremos, sim, aplaudir aqui o trabalho da Polícia Rodoviária Federal, hoje, com 500 homens. É preciso aumentar o efetivo, assim como também da Polícia Rodoviária Estadual. E no debate que tivemos com as Polícias estadual e federal falamos sobre a necessidade da criação urgente de um cadastro unificado das estatísticas de trânsito, integrando todos os municípios com informações das ocorrências, das punições, inclusive, administrativas e judiciais, aquilo que está no Ministério Público, o número de infratores, o número de vítimas, para que possamos colocar isso de forma transparente via *internet*.

Acho que esse será um grande passo que essa Casa poderá dar em parceria com o estado, com a sociedade civil organizada, no sentido de termos uma Santa Catarina mais segura e, fazendo aqui jus ao nosso mascote do Proerd, uma Santa Catarina sem drogas.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera)- Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Esta Presidência registra aqui a presença lá do município de Princesa, vereadores Silmar Carlos Franco, do PT, Amauri Estorno, do PMDB, e

Ademilson Romão, do PT, ambos do município de Princesa.

Desejo a vocês as boas-vindas a este Parlamento.

O Sr. deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu vim ao microfone de apartes para registrar também a presença dos vereadores do nosso querido município de Princesa, que foi registrada por v.exa. Quero cumprimentá-los e desejar boas-vindas a todos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, antes de anunciar o próximo orador, esta Presidência também registra o aniversariante Alécio dos Passos, servidor desta Casa há 38 anos, completando 63 anos de vida.

Os nossos cumprimentos ao nosso querido Papai-Noel Alécio dos Passos.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, aqueles que nos acompanham nesta tarde de terça-feira, os vereadores já mencionados, policiais militares do interior que visitam a nossa cidade e acompanham esta sessão, quero saudar todos os servidores que nos acompanham pela TVAL ou pela rádio.

Quero reiterar o que tive a oportunidade, por vossa generosidade, deputado Ismael dos Santos, de fazer nesta tribuna, na sessão especial da noite de ontem.

Parabenizo-o pela iniciativa de fazer uma sessão especial em homenagem aos 15 anos do Proerd, em Santa Catarina.

Como policial militar sempre atuei, e não tive a oportunidade de falar isso, exatamente na ponta oposta, pois que trabalhei a maioria do tempo no sistema prisional, na penitenciária, que dá para

ser considerada a ponta exatamente oposta do serviço que fazem os policiais do Proerd.

Pelos números citados também ontem e hoje por v.exa., são 276 policiais que hoje trabalham lá - eram menos nos anos anteriores -, para mais de um milhão de catarinenses que foram formados, que tiveram durante uma fase, um ano letivo, o curso do Proerd.

Então, é um trabalho que mostra também o poder do serviço público e a capacidade de alcance social dos servidores públicos, dos 276 policiais. E hoje felizmente esse trabalho já está reconhecido como serviço policial militar, que não era até recentemente, o que prejudicava esses policiais, inclusive na sua remuneração, porque não percebiam hora extra. O nome técnico, para nós, é estímulo operacional. Quando da realização, às vezes trabalhavam horas e horas a mais do que a escala de trabalho normal.

Então, gostaria de parabenizar a instituição por esse reconhecimento à Polícia Militar e esses abnegados companheiros, v.exa., pela iniciativa, porque a verdadeira prevenção está na educação.

As famílias têm reivindicado, as autoridades têm reivindicado à Polícia Militar e aos governos que haja uma ampliação do Proerd para outras fases, para acompanhar a criança até a adolescência, até a juventude, cada ano, se possível, ou então a cada dois anos, uma nova passagem do Proerd pela sua sala de aula, em novas etapas da formação, porque a sociedade percebe a importância disso. É bom saber que temos uma instituição que faz um trabalho de tão expressiva relevância.

Com relação aos outros aspectos do seu pronunciamento, parabeno novamente v.exa., porque traz o debate de ideias de questões importantes a esta tribuna, diariamente, para discussão.

Temos refletido bastante sobre as questões de trânsito, mas no próximo horário de cinco minutos que terei na tarde de hoje pretendo voltar a isso.

Preparei para este horário, aos caros deputados e a quem acompanha a sessão, uma

situação que é bastante grave no serviço público de saúde no estado de Santa Catarina. Antes, porém, permito-me fazer um registro, pois quando venho a esta tribuna para discutir o trabalho da imprensa quase sempre, senão sempre, é com opinião crítica diferente daquela emitida pelos meios de comunicação.

Quero me reportar ao trabalho importante que os veículos de comunicação têm feito. Cito especialmente o Grupo RBS em diversos dos seus veículos com relação a acompanhar o que tem melhorado na saúde pública do estado de Santa Catarina, e esse trabalho tem sido feito de forma acentuado desde dezembro ou do movimento grevista no ano passado.

Eu pediria à assessoria que mostrasse a situação no Hospital Infantil Joana de Gusmão que é referência de atendimento à saúde da criança no estado de Santa Catarina, e enquanto o *slide* vai passando com algumas informações, vou também me referindo a isso.

(Procede-se à apresentação.)

Uma reforma no Hospital Infantil Joana de Gusmão começou em julho de 2010. Irá completar três anos, deputado Dirceu Dresch, agora no inverno. A empreiteira responsável é a Centauros e está lá dentro do Hospital Infantil há três anos, praticamente.

A Unidade B - Cirúrgica iniciou com 22 leitos, mas hoje funcionam apenas 18 pela falta de funcionários da emergência. Há uma enfermaria toda interditada, pois as tomadas emitem faíscas e curtos circuitos, com grandes riscos de incêndios com choque elétrico.

O centro cirúrgico foi construído com cinco salas de cirurgia pediátrica, mas atualmente apenas quatro salas estão em uso, pela falta de pessoal da enfermagem. E no próximo mês outras três salas serão fechadas, ou seja, o maior centro cirúrgico pediátrico do estado estará apenas com uma sala, pois outros funcionários se aposentarão, e não há reposição. O centro cirúrgico é referência no estado inteiro em várias áreas da

cirurgia pediátrica, sendo para algumas áreas a única opção no estado.

Observa-se agora nessas fotos a situação do corredor da farmácia, raios X e rampas de acesso aos setores que estão, todos, com goteiras e infiltrações nas paredes.

A unidade de isolamento, inicialmente construída para 14 leitos, hoje tem sete leitos ativos, pela falta de pessoal de escrituração e enfermagem. Nessa unidade há vários pontos de alagamento, mofo e infiltração nas paredes.

A unidade de isolamento é aquela onde ficam os pacientes que não podem ter acesso a nenhuma forma de contaminação. Esse é o isolamento do Hospital Infantil Joana de Gusmão. Essa é a realidade vivida, e há uma empresa lá para fazer reforma, repito, há dois anos e meio.

Vemos a unidade de queimados - única unidade de internação do estado para tratamento de queimadura infantil, pois a do Hospital Materno Infantil de Joinville foi fechada, deputado Dirceu Dresch, no ano passado, porque é administrada por uma organização social, uma ONG, um grupo privado que alega não ter retorno, que não vale a pena os custos para manter a unidade de queimados do hospital de Joinville.

Na unidade de queimados do Hospital Infantil Joana de Gusmão possui leitos fechados pela falta de funcionários.

O teto da unidade de queimados foi aberto há apenas um ano para manutenção e permanece aberto até hoje. O buraco no teto nunca foi fechado. Também há ponto de inundação no teto da unidade de queimados; existe jardins entre as salas de internação que na verdade são os responsáveis pelo recolhimento da água da chuva, que depois infiltra e vai para dentro da unidade.

No setor de radiologia é comum o fechamento de uma sala de raios X pela ocorrência de goteiras. O mesmo acontece com um dos aparelhos de ultrassom. Nesse setor, há mais de um ano, deixou-se de realizar o uretrocistografia por falta de manutenção do equipamento, sendo que esse exame no momento está sendo feito em clínicas privadas. Ou

seja, o governo está pagando clínicas privadas para fazer aquilo que não está fazendo no hospital infantil, porque há goteiras em cima do equipamento e ou o equipamento está estragado por falta de manutenção há um ano, e não acontece a devida providência no sentido de consertar.

A emergência inaugurada há menos de seis meses já apresenta infiltração na recepção e no teto. Na emergência inaugurada recentemente já tem goteira. A emergência interna foi fechada há dois anos e meio e continua em reforma. Foi fechada para reforma há dois anos e meio e continua fechada para reforma. Foi o setor pelo qual a reforma iniciou e não terminou sequer onde iniciou.

A Unidade A, inicialmente inaugurada com 28 leitos, tem hoje apenas dez em funcionamento. A porta da ortopedia está quebrada há dez meses.

A oncologia está fechada há dez meses pela ocorrência de fungos no encanamento da unidade, sendo que nesse período a secretaria de estado da Saúde deveria trocar o encanamento da unidade e instalar uma caixa d'água exclusiva para a unidade. Mas nada foi feito. Sobre isso os meios de comunicação estavam na semana passada dando grande difusão.

Aí temos mais goteiras no centro de esterilização de material. No lugar que é para cuidar da limpeza dos materiais chove dentro.

A UTI e salas de recuperação pós-anestésicas foram fechados conforme as fotos em anexo e deveriam ser reformados para alocar a nova UTI, para então a UTI atual ser reformada. Mas em dez meses nada foi feito. E neste momento a UTI que já fechou quatro leitos está sofrendo com goteiras, infiltrações e será improvisada dentro da Unidade C. Essa unidade que deveria ser reaberta com a unidade de cardiologia permanecerá inativa para ser usada pela UTI de emergência interna e sem previsão de término de reforma.

Então, aí estão alguns dados do documento elaborado por servidores públicos do Hospital Infantil Joana de Gusmão, em parceria com o sindicato dos trabalhadores da saúde, que mostram aquilo que os meios de comunicação já têm trazido,

de forma mais ou menos sistemática, da dramática situação da saúde no estado de Santa Catarina. É incompreensível a desorganização e a falta de planejamento desse setor da saúde em prejuízo da população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de me manifestar em primeiro lugar em relação à audiência que tivemos hoje pela manhã com o governador do estado de Santa Catarina e a bancada do Partido dos Trabalhadores.

Em primeiro lugar, destaco que essa audiência foi uma atitude pontual por parte do governador, portanto, não um comportamento, nesses dois anos e meio, republicano, como ele mesmo tem dito, mas apenas uma atitude isolada. E no meu entendimento uma atitude isolada não constrói uma relação republicana.

Gostaríamos muito, como deputada, que essa atitude, que esse comportamento fosse, por exemplo, um comportamento como a nossa presidente Dilma tem, que é um comportamento construído com todos os governadores e que discute as demandas de cada estado.

Nessa mesma relação, deputada Angela Albino, gostaríamos que os deputados de oposição tivessem esse tratamento, discutindo as pautas que são inerentes à nossa atividade parlamentar, em especial a pauta e as demandas da Educação, da Saúde, da Segurança Pública. No entanto, uma atitude isolada não garante que tenhamos uma relação mais respeitosa. Exemplo disso é de fato o debate que temos feito aqui há muito tempo, desde 2005, quando da criação do Fundo Social e também do Sistema de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte, que retira milhões da receita corrente líquida e coloca para os fundos, fundos estes questionados pelas lideranças em cada região, que,

além de retirar os 12% da Saúde e os 25% da Educação que não são tributados, não são tão transparentes como diz o governador no seu desejo e objetivo de construir essa relação.

Portanto, se é para termos uma relação republicana, transparente, séria e democrática, temos que discutir por que alguns parlamentares têm acesso às subvenções sociais e os demais não. Por que algumas entidades que prestam serviços na área da cultura, esporte e lazer, entidades ligadas às mulheres e aos idosos, que solicitam aos parlamentares a destinação de recursos públicos não têm direito a esse benefício?

Já deixei de acreditar em Papai Noel há muito tempo, portanto, gostaria que essa relação republicana se manifestasse no conjunto do governo, ou seja, que ao discutir as subvenções sociais tivéssemos critérios transparentes e técnicos destinados a todas as entidades deste estado, porque não há como fazer justiça, quando lá nos municípios existem entidades que prestam esses serviços e não conseguem entender por que o vereador "a" traz recurso e o "b" não, por que o deputado "a" traz recurso e o "b" não. Então, eu quero uma relação republicana, sim, de respeito, mas não uma relação de respeito e de transparência pela metade.

Lembro-me que o deputado Pedro Uczai sempre dizia que não existe meio honesto ou meio grávida. É por inteiro ou não. E quero utilizar esse mesmo exemplo para dizer que queremos uma relação republicana, mas na sua integralidade, em todos os recursos deste estado e de forma transparente, sem esconder nada a ninguém e sem privilegiar um em detrimento de outro.

Mas quero aqui também fazer menção, srs. deputados, a uma demanda levantada pelo Movimento dos Atingidos pela Barragem Usina Foz do Chapecó.

(Passa a ler.)

"Essa usina foi construída no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó, em Santa Catarina, e Alpestre, no Rio Grande do Sul.

Suas obras começaram em 1º de março de 2007 e duraram 42 meses, entrou em operação em 14 de

outubro de 2010. A obra foi finalizada há mais de dois anos, mas muitas famílias atingidas ainda aguardam na Justiça por pendências com o consórcio Foz do Chapecó.

Conforme o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mais de 2,5 mil famílias foram atingidas direta e indiretamente pelas obras da Foz do Chapecó. Dessas, cerca de 600 ainda aguardam na Justiça por pendências com o consórcio Foz do Chapecó.

No dia 14 de março ocorreu uma Assembleia na comunidade de Volta Grande, em Alpestre, com as famílias atingidas e o MAB.

Pautas levantadas e apresentadas no dia 22 de março, em Florianópolis, no escritório da empresa Foz de Chapecó:

Continuidade do projeto piloto de desenvolvimento sustentável da comunidade Volta Grande, município de Alpestre, no Rio Grande do sul;

Projeto de reestruturação para todas as comunidades atingidas pela barragem;

Indenização do asfalto, SC - Chapecó a São Carlos;

Pavimentação asfáltica da barragem Foz do Chapecó a Alpestre;

Não pagamento das cartas de crédito;

Transformar o recurso do pagamento das terras dos reassentados de Mangueirinha/PR para um Fundo que seja revertido para os próprios reassentados;

Rede de água de Caxambu do Sul e Alpestre;

Liberação imediata das escrituras para os reassentados;

Recurso para instalação de tanques de rede no lago.

Portanto, essas reivindicações foram apresentadas, mas no consórcio não fez nenhum encaminhamento concreto, no sentido de anunciar investimentos para contemplar as famílias e comunidades atingidas.

As pautas precisam ser atendidas pelo consórcio Foz do Chapecó, pois somente desta forma serão minimizados os impactos causados pela construção da usina."

Como estou tratando aqui da Usina Foz do Chapecó, que mexe com água também, quero fazer menção ao programa que visitamos no município de Itapiranga, no final de semana.

(Continua lendo.)

“Esse município implantou o projeto Água para Todos, que atende desde 2012 a todas as propriedades do município e à cidade como um todo.

O investimento ultrapassa R\$ 5 milhões de recursos próprios e financiamento do Badesc. Já atende a 14 comunidades, totalizando 1.600 famílias no interior e toda cidade de Itapiranga.

O projeto de Água para Todos foi iniciado em 2005 e concluído no início de 2013. Portanto, são oito anos de trabalho nesse projeto.

Com o objetivo de levar água de qualidade a todas as residências do perímetro urbano e rural do município de Itapiranga, em virtude de que algumas famílias ainda não tinham acesso à água tratada em suas residências, foram construídas duas novas estações de tratamento de água, totalizando cinco hidráulicas no município, com capacidade de produção de 350 mil litros de água/hora.

A grandeza do projeto e do trecho percorrido pelos canos... A distância é quase igualada ao caminho de ida e volta de Itapiranga a Florianópolis, na capital do estado, que chega a aproximadamente 1.500Km.

De acordo com o prefeito Milton Simon, esse é um momento histórico para Itapiranga e para a região, porque foi possível implantar um projeto ousado, fazendo com que as famílias tivessem acesso à água tratada em suas residências.

Além da implantação do projeto, também são realizados constantemente exames laboratoriais na região e no município, para acompanhar a qualidade da água consumida todos os dias pelos munícipes.

Quero parabenizar o município de Itapiranga por essa grande conquista.”

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Quero registrar a presença do vice-

prefeito de Capinzal, Wilson Luiz Farias, do município de Ibiam o vereador Ademir Romanatto e a vereadora Maria Aparecida Gomes de Oliveira.

Desejamos as boas-vindas a todos!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, hoje, com alegria, quero relatar aos catarinenses a grande reunião que aconteceu em Mafra, no dia de ontem, no setor ferroviário e, após, outra com o governador Raimundo Colombo.

Todos vocês sabem que somos filhos de ferroviários e para tal lutamos pela nossa malha ferroviária no estado de Santa Catarina. Há muito tempo, há mais de 50 anos, funcionava o setor ferroviário no estado de Santa Catarina. E de 1970 em diante não funcionou mais a malha ferroviária em Santa Catarina. Hoje se fala em vários projetos, como o projeto da ferrovia do frango, de Mato Grosso até Chapecó. E a partir daí queremos que assuma a antiga malha ferroviária Paraná/Santa Catarina, que passa por Caçador, Porto União, Mafra, Jaraguá do Sul, Joinville e vai até São Francisco do Sul. Essa é a moção que nós deputados aprovamos para que seja prioridade do governo federal.

Relatamos a nossa posição com a ministra Ideli Salvatti, por sinal muito gentil, alegre e disposta a ajudar o planalto norte e Santa Catarina. Temos a certeza de que com a explanação e com os motivos apresentados, que é o resgate da nossa história, a do Contestado, resgate da ferrovia do Contestado, temos em mãos um argumento muito forte para que o primeiro dinheiro seja aplicado nessa ferrovia até São Francisco do Sul. E, logo após, se faça a ferrovia de São Francisco do Sul até Itajaí, porque já é parte da malha ferroviária, deputado Nilson Gonçalves, do litoral.

Então, acho que essa malha ferroviária será a primeira, depois, teremos outras, como a conclusão da litorânea e dessa que vem de Chapecó, passando

por Rio do Sul até Itajaí. Mas a prioridade tem que ser essa malha ferroviária que estamos relatando. E a nossa ministra Ideli Salvatti, no seu discurso, endossou esse caminho que juntamente com o deputado Pedro Uczai que, em reuniões anteriores e audiências públicas na cidade de Porto União, também endossou esse novo caminho, que é a prioridade do investimento ferroviário no estado de Santa Catarina.

Temos a certeza de que os deputados de Joinville e do oeste de Santa Catarina terão as suas regiões também atendidas. E isso vai fazer com que esse resgate histórico para o planalto norte seja uma realidade. O litoral, hoje, recebe os maiores investimentos, e se nós formos a Araquari, por exemplo, veremos uma empresa ao lado da outra. Vamos primeiro fazer com que as coisas sejam igualitárias pelo menos, ou diferente aos desiguais. Nós somos os desiguais, o planalto norte recebe poucos investimentos e acho que a sua redenção está na prioridade ferroviária para a construção dessa importante malha ferroviária a ser desenvolvida, que vem de Chapecó até o Porto de São Francisco do Sul, depois disso até Itajaí, que já faz parte. Faltam apenas 70 km de estrada de ferro, faz parte da malha ferroviária também a ferrovia litorânea, que vai atingir Laguna e Criciúma.

Então, vejam que são prioridades ferroviárias que estamos dando seguimento para que o governo federal aplique sua prioridade no planalto norte.

Ainda ao planalto norte tivemos a importante visita do nosso governador Raimundo Colombo que inaugurou duas escolas no município de Mafra, escolas que estavam sucateadas, escolas novas, escolas bem feitas, que atendem à necessidade da Associação de Pais da cidade. Estava presente o deputado Silvio Dreveck e o deputado da região Darci de Matos. E temos a certeza de que esse município, na parte educacional, está sendo contemplado de forma exemplar.

Parabéns ao município de Mafra, ao nosso governador Raimundo Colombo que também autorizou a

abertura do ensino médio na Escola Estadual Urbana Professor Gustavo Friedrich.

O ensino médio foi um pedido da comunidade para essa escola. E observamos o calor humano dispensado ao nosso governador Raimundo Colombo, um homem humano, consciente, que está fazendo a sua parte com muito empenho pela educação do nosso estado. E eu, como presidente da comissão de Educação nesta Casa, quero dar respaldo às ações educacionais realizadas também pelo secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que pela sua competência agora vão ser investidos R\$ 500 milhões na Educação, que vai suprir no estado de Santa Catarina a maioria das deficiências das escolas, atendendo a um grande número de escolas que terão quadras cobertas, ginásios de esporte etc.

Então, é com satisfação que relato para os catarinenses a visita feita pelo governador Raimundo Colombo, e esperamos que mais vez se fizesse presente no planalto norte.

Eu gostaria também de fazer um registro muito importante ocorrido na cidade de São Bento do Sul, onde foi ordenado o pastor luterano Ricardo Brozowski, natural desta cidade, para atender à cidade de Juruena e região, em Mato Grosso. A nossa homenagem ao pastor Ricardo, também à sua família. Desejamos que faça bom uso de suas atribuições. E já que é formado em Teologia, que seus ideais sejam concretizados.

Um grande abraço, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

Enquanto v.exa. dirige-se à tribuna, esta Presidência registra a presença do vereador Ismael Martins, do município de Capivari de Baixo, e do vereador Assuero Isoton, do município de São

Lourenço do Oeste. Desejamos boas-vindas a este Parlamento.

Agora sim, com a garantia de cinco minutos, v.exa., deputado Sargento Amauri Soares, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, como havia dito, nesses cinco minutos gostaria de fazer um debate acerca daquilo que o deputado Ismael dos Santos comentou, ou seja, o tráfego rodoviário em nosso estado. Houve uma diminuição de acidentes, segundo dados apresentados tanto pela Polícia Rodoviária Estadual quanto pela Polícia Rodoviária Federal nos primeiros dois meses de 2013, comparados com o ano de 2012.

Quero também fazer referência ao projeto de lei de nossa autoria, aprovado há 15 dias nesta Casa, padronizando nas rodovias catarinenses a velocidade de 50km por hora nas lombadas eletrônicas. Esse projeto foi para análise do governo e esperamos que não seja vetado. Acho importante a fiscalização eletrônica nas rodovias. Não estou aqui para dizer que não tem que ter fiscalização eletrônica, que não tem que ter radar, porque isso é apenas uma forma de caça-níquel. Não, eu acredito que contribui para a diminuição de acidentes, como comentou o deputado Ismael dos Santos.

Darei como exemplo alguns trechos de rodovias estaduais, mais precisamente a BR-282, onde tenho trafegado bastante. Tínhamos uma curva na descida da Serra do Mar, entre os municípios de Rancho Queimado e Águas Mornas, aonde não chegava a nascer mato, não dava tempo porque antes de nascer o mato já tombava outro caminhão. Cada vez que se passava por ali se via espalhada a carga de algum caminhão, e não havia mais espaço para fixar cruces relativas àqueles que ali perderam a vida.

Depois foram colocados radares e no ponto imediatamente anterior, a cento e poucos metros dessa curva, o radar é 60km por hora. Não houve mais nenhum acidente envolvendo caminhão naquele local. E já vem de alguns meses a instalação dos radares.

Então, evidentemente, que esse radar está cumprindo a sua função importante de garantir que a velocidade seja reduzida antes de chegar naquela curva. Até porque, analisando o ponto de vista do motorista e do caminhoneiro, antes dessa curva tem uma espécie de baixada, de plano. E o motorista de caminhão que já desceu 12, 13 quilômetros de serra imagina que acabou a serra, quando faz a baixada. Mas não é verdade, em seguida ela desce de novo, de forma bastante acentuada. E aí, se ele não desacelerou lá atrás, ele não consegue mais segurar lá na frente. Por outro lado, aqui, em Santo Amaro da Imperatriz, tem um radar colocado, também a 60km por hora, que na minha avaliação ajudou a provocar um acidente trágico. Inclusive, passei por lá momentos depois e tinha uma vítima fatal.

Depois de uma reta, da última reta antes da BR-101, depois de uma curva, melhor dizendo, tem uma reta, uma curva, depois um radar.

Então, alguém sai para ultrapassar em alta velocidade, e os veículos que estão na curva veem que tem fiscalização eletrônica e freiam, tirando a possibilidade daquele veículo que está ultrapassando retornar para a sua faixa.

Então, creio que precisamos debater mais esses assuntos, pois a fiscalização eletrônica é importante, mas terá que haver uma racionalidade, uma padronização, para que se possa diminuir a quantidade de acidentes, mas também não provocar engarrafamento e assim diminuindo os acidentes, mas que também não seja uma forma de pegadinha para gerar multas.

Esse é o debate que precisamos fazer para melhorar o tráfego em Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores

da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero saudar o vereador Ismael, de Capivari de Baixo, que nos honra com sua presença. Ele esteve em nosso gabinete reiterando o convite para a Energifest que ocorrerá naquele município, o mais eletrizante do estado de Santa Catarina, onde está situada a Tractebel Energia, gerando 840 megawatts/hora para todo sul e sudeste do Brasil. A festa será realizada entre os dias 27 e 31 de março, quando mostrará suas potencialidades, sua economia, sua movimentação, a indústria, o comércio, enfim, mostrando o resultado do trabalho daquela boa gente próspera e trabalhadora que se dedica dia a dia, de forma incansável, para uma melhor qualidade de vida através das suas lideranças, do seu povo, da sua gente.

Por isso, muito obrigado pela presença e transmita o nosso abraço ao prefeito Moacir e toda sua equipe, parabenizando pelo êxito da sua gestão. Conte conosco e com o governo!

Sr. presidente, faço uso da tribuna, deputado Dóia Guglielmi, líder dos tucanos de bico fino, com o intuito de corroborar com a divulgação que v.exa. e toda bancada do sul, incorporada também pelo nosso presidente Joares Ponticelli, e com a participação efetiva do presidente do Tribunal de Contas, Salomão Ribas, e do conselheiro ex-deputado Julio Garcia, que tiveram uma participação efetiva com relação à questão da liberação do aeroporto regional de Jaguaruna.

Tivemos a bela notícia do desentrupe, que era um impasse técnico, pois havia controvérsias com relação à questão da terceirização ou concessão do aeroporto, mas dada a dimensão, a amplitude do potencial que esse aeroporto representa e pode representar ainda mais para a economia do sul, houve, então, celeridade no processo, e a participação do presidente Salomão Ribas e do conselheiro Julio Garcia foram decisivas para sensibilizar os técnicos e demais conselheiros para destravar esse gargalo que impedia o estado de prosseguir com a licitação com relação à efetiva operação desse aeroporto.

Conversava ainda pela manhã com o secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, e ele muito ponderado, muito pé no chão, disse que em torno de 70 a 90 dias deveremos ter o desfecho da situação, quando optamos pela terceirização, haja vista que nenhuma das empresas operadoras do sistema de viação do país estaria interessada, tendo em vista a necessidade de um tempo para formar uma carteira de clientes. Quer dizer, o avião para funcionar tem que estar lotado na sua rotatividade, e o estado, então, passará a desembolsar aproximadamente R\$ 250.000,00 por até cinco anos como contrapartida nessa terceirização, até que se crie a autossustentabilidade do sistema, com uma carteira de rotatividade na plenitude dos usuários.

Então, o estado pode perfazer o rito de transformar esse edital num edital de concessão, em que a própria empresa de terceirização pode ser signatária e dar continuidade a esse processo, evidentemente dentro de uma demanda licitatória.

Por essa razão vejo isso com muita expectativa, o sul do estado merece, pois há décadas vem lutando pelo destravamento, um aeroporto que já está pronto e que precisa ser colocado na sua totalidade em operação. E na sequência devemos proceder todos os encaminhamentos na Anac, na secretaria dos Transportes e no ministério, para que se proceda aos encaminhamentos no terminal de carga que vai dar um rescaldo muito maior e um reforço para formar um lastro de viabilidade econômica de autossustentabilidade do aeroporto regional de Jaguaruna.

V.Exa., deputado Dóia Guglielmi, não tem medido esforços juntamente com os demais deputados do grande sul, as associações comerciais, as entidades organizadas de classe com, evidentemente, a sensibilidade do governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Obrigado, deputado, pelo aparte.

Na mesma esteira que v.exa. vem tecendo os seus comentários, afirmamos a grande importância desse aeroporto no sul de Santa Catarina, haja vista que em Criciúma, que hoje tem o aeroporto Santos Dumont em funcionamento, já perdemos até o hábito de pegar avião, inclusive não temos uma aeronave para que pudéssemos nos deslocar para outros estados ou mesmo dentro de Santa Catarina.

Mas começamos com a TRIP, com apenas 20, 21 passageiros, chegamos a lotar, hoje está a empresa azul, com 70 passageiros. Ela começou com dificuldade, hoje está saindo lotada com dois voos de Criciúma e região.

Então, não tenho dúvidas de que essa carteira é necessária para que faça a sua rotatividade, deputado Valmir Comin, v.exa. que é uma pessoa incansável nesse trabalho da região sul como líder do PP. Só temos que parabenizá-lo pelo seu discurso e agradecer ao Tribunal de Contas, principalmente ao seu presidente Júlio Garcia, que foi um grande parlamentar que passou por aqui, que tem um grande interesse naquela região.

Temos certeza de que em tão pouco tempo haveremos de ver esse aeroporto funcionando, que é o desejo e o sentimento de todo o sul de Santa Catarina.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Dóia Guglielmi.

Todo o investidor nacional ou internacional ou até mesmo estadual, localmente falando, quando procura um mapa de desenvolvimento econômico do estado para fazer o seu investimento verá onde há segurança jurídica, onde há estrada, rodovias, ferrovias, hidrovias, onde há aeroportos, porque demanda de recurso humano temos, e de excelência, com várias universidades, com todo o lastro técnico, com nível qualificado de um povo ordeiro e trabalhador.

É evidente que a partir do momento em que esse aeroporto estiver em operação e que na sua sequência a duplicação da BR-101 estiver

concluída, às margens desse aeroporto há a ferrovia que interliga os portos de Santa Catarina, futuramente a Transitorânea, que vai integrar todos os portos catarinenses e a malha ferroviária nacional. Isso vai dar um lastro de segurança jurídica para que os investidores possam vir a se estabelecer no sul do estado e prospectar os seus negócios.

Por essa razão que preciso aqui reconhecer o trabalho do secretário Valdir Cobalchini, do próprio Deinfra e do governo do estado na sua essência e, de uma maneira muito especial, do presidente do Tribunal de Contas, Salomão Ribas Júnior, junto com o ex-deputado e conselheiro Julio Garcia, que, concomitantemente, com toda a bancada do sul e as associações comerciais, industriais e organizadas de classe, puderam fazer com que esse episódio viesse ocorrer de uma forma extremamente positiva.

Por isso a nossa manifestação e o desejo de votos de extrema confiança e prospecção, com certeza, de novos negócios para a economia do sul catarinense.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, com a permissão do presidente do nosso partido, Gelson Merisio, nosso líder, gostaria de usar este horário para manifestar a nossa alegria com a reunião ocorrida ontem, em Itajaí, no Hospital Marieta Konder Bornhausen, onde foram anunciados investimentos oriundos do governo do estado, na ordem de R\$ 50 milhões, para a ampliação do referido hospital. Uma obra que vai atender a todo o estado de Santa Catarina, mais especialmente ao vale do Itajaí, à foz do rio Itajaí, à Costa Esmeralda e a todos os municípios da região.

Estavam presentes naquela solenidade o governador Raimundo Colombo e os secretários Valdir Cobalchini, Dalmo Claro de Oliveira, Paulo Bornhausen, assim como os deputados Dado Chereim, Volnei Morastoni, que são dois lutadores pelas questões da Saúde da região. Nós acompanhamos a solenidade, juntamente com todas as autoridades presentes.

Trata-se de uma obra que terá 15 pavimentos, muito importante, e que ampliará o número de leitos de UTIs.

Sabemos que a população de todo o estado e região, assim como a população brasileira em geral, está passando por uma situação realmente difícil relacionada à Saúde, até porque a manutenção dos próprios hospitais é muito difícil. Hoje, o governo federal indeniza todos os atendimentos do SUS em torno de 30% do valor real do custo desses atendimentos.

É um investimento importante, porque o hospital está com dificuldades até para fazer a sua manutenção e irá receber um incremento para a construção de novas alas, novas UTIs, equipamentos etc.

A história do Hospital Marieta Konder Bornhausen se confunde com os municípios de Itajaí e com a nossa região; por isso, considero um importante investimento.

Os dois maiores investimentos anunciados pelo governador Raimundo Colombo e pelo secretário Dalmo Claro de Oliveira vão beneficiar dois hospitais em pontos estratégicos: Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, e R\$ 50 milhões serão investidos no Hospital Regional de Chapecó. São dois hospitais de referência, importantíssimos para as regiões que atendem e também para o nosso estado.

Então, são duas obras importantes dentro dos recursos que o governo do estado buscou junto ao Pacto por Santa Catarina, que resgatam as necessidades do nosso povo e da nossa população.

A irmã Sandra Pedrin, chefe do hospital, assim como todas as irmãs e todo o grupo de

profissionais, estão acompanhando a importância desse investimento para a nossa região.

Teremos lá várias obras dentro do Pacto por Santa Catarina, para a região de Balneário Camboriú e de Itajaí, também em outras áreas, como a revitalização da rodovia Antônio Heil. Enfim, são vários projetos importantes para o desenvolvimento da nossa região.

Então, dentro do horário do partido, queremos registrar mais esse ato importante de governo, dentro daquilo tudo que o governo do estado está investindo para a melhoria da qualidade de vida da nossa população.

Portanto, o nosso reconhecimento à irmã Sandra, à direção do hospital, ao secretário da Saúde, ao secretário Paulo Bornhausen e ao governador Raimundo Colombo pela visão e empenho em atender a nossa região de Itajaí e Balneário Camboriú.

No Hospital Marieta Konder Bornhausen, e que ontem até citei, em 20 de janeiro de 1982 a minha filha nasceu. Então, é um hospital que eu conheço desde a minha chegada em Itajaí - chegamos em 1977 -, e tenho lá uma longa história de proximidade, assim como toda a população da região e, principalmente, de Itajaí.

Temos outra questão para abordar. Amanhã teremos uma reunião da comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa e vários assuntos deverão ser debatidos neste ano. Segurança pública é uma prioridade, chama a atenção de toda a nossa sociedade, precisa de investimentos com seriedade e responsabilidade e que tragam grandes resultados para a população.

Também temos o projeto que vai discutir poder de polícia - e é assim que o chamam. Eu entendo que os bombeiros já têm o poder de polícia, o poder de estado, o poder da sua atuação. Os bombeiros, hoje, já podem, se quiserem interditar um estabelecimento, exigir adequações e fazer efetivamente as mudanças que são necessárias em prol da proteção da vida humana.

Dei uma lida no projeto de origem governamental encaminhado a esta Casa - já temos

uma cópia. Vários outros projetos na Casa tratam sobre essa questão e vamos buscar um debate com a sociedade, com os bombeiros e com as associações empresariais no sentido de buscar um consenso e uma lei que dê proteção à vida humana, que tenha como principal motivo proteger o cidadão, mas que não seja mais um código ambiental, que não seja uma legislação que venha causar transtornos àquele que quer investir. Tem que haver a busca da qualidade das melhores condições, sem causar transtornos àquele que vai investir, ao proprietário do estabelecimento, àquele que explora a atividade comercial no imóvel.

O bombeiro tem o dever de exigir as mudanças necessárias para que todos os estabelecimentos se adequem para que no caso de um sinistro possam ser dados os atendimentos necessários para que a segurança seja feita e que a vida das pessoas não seja colocada em risco.

Sei que essa lei vai causar bastante discussão e é importante que todas as partes se manifestem: que os bombeiros sejam ouvidos na sua vontade e na sua necessidade de produzir o melhor ambiente de segurança para a população, e que o empresário seja ouvido na sua decisão de investir com segurança, mas de não ter os seus projetos retardados por conta da fiscalização e das exigências que porventura venham a ser solicitadas.

Então, é um projeto importante e terá muito debate. Tenho certeza de que a comissão como um todo levará da melhor maneira possível.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria na tarde de hoje, no horário do Partido dos Trabalhadores, de dizer de que o PT, ao longo

de toda a sua trajetória, de sua história, sempre tem tido uma postura transparente e ao mesmo tempo voltada especialmente às camadas mais sofridas, excluídas do contexto social.

Quero fazer hoje referência à questão da nossa agricultura familiar, ao trato de respeito que tem tido ao longo de toda a sua história, especialmente a partir do governo Lula, do governo da presidente Dilma Rousseff, que se revestiu dessas diferentes culturas na defesa daqueles e daquelas que ao longo de toda a sua história mais precisam do estado, do Poder Público.

E é nessa defesa que quero aqui hoje destacar uma notícia extremamente positiva, do encaminhamento na ordem de quase R\$ 60 milhões para o aprimoramento da produção das cooperativas dos nossos assentamentos da reforma agrária no estado de Santa Catarina.

Digo isso com alegria, porque é uma luta histórica, construída por inúmeros debates dentro dos assentamentos, para construir um projeto alternativo de desenvolvimento, de inclusão social e acima de tudo para gerar renda, através de agregação de valores nos nossos assentamentos.

Temos hoje no estado de Santa Catarina mais de 6.000 famílias que vivem em nossos assentamentos. Isso não é pouca coisa; é um grupo expressivo, uma parcela expressiva da nossa sociedade que vive nos nossos assentamentos.

E numa reunião construída pelo Movimento dos Sem Terra, juntamente com o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a presidente Dilma Rousseff, juntamente com o governo do estado, com toda a sua equipe de governo e a presença do BNDES, conseguimos avançar para consolidar esse importante projeto no estado de Santa Catarina.

Através do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, tivemos a presença do sr. Guilherme Lacerda, juntamente com os assentados, e o governo do estado está disponibilizando para os assentamentos nada mais nada menos do que 30 milhões de reais para o desenvolvimento dessas políticas sociais dentro dos nossos assentamentos.

E como acontece em outros estados da nossa federação, a cada real liberado pelo BNDES aos nossos assentamentos, os governos estaduais alocam o mesmo montante.

Fala-se aqui de um projeto que gira em torno dos R\$ 60 milhões, exatamente para o aprimoramento da produção das cooperativas dos nossos assentamentos da reforma agrária. Esse projeto versa em cima de quatro aspectos, de quatro pontos, ou de quatro desenvolvimentos da cadeia produtiva, sejam eles o que se refere à produção de leite e seus derivados, à piscicultura, toda a cadeia produtiva da piscicultura, bem como a toda cadeia da suinocultura e da avicultura. Portanto, é um projeto que engloba a diversidade produzida, desenvolvida dentro de todos os nossos assentamentos.

Queremos aqui, em nome do PT, no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, fazer esse destaque tão importante, que vai contribuir enormemente para as nossas famílias assentadas no estado de Santa Catarina.

Aqui, sim, destaco a importante parceria, juntamente com o governo do estado de Santa Catarina, para viabilizar a aplicação desses recursos dentro dos nossos assentamentos.

Uma novidade que o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, traz é de que a contrapartida do estado também vai ser financiada, parte dos recursos, pelo Fundo Social do BNDES. A devolução de parte desse recurso vai se dar de uma forma muito inteligente e oportuna, através da entrega da alimentação escolar ou da merenda escolar na rede estadual do estado de Santa Catarina.

Acho que esse tem sido um avanço extraordinário, de uma importância muito forte, muito grande, porque é com os produtos produzidos dentro dos nossos assentamentos que vai sendo construída a devolução desses recursos através da entrega da merenda escolar à rede estadual de educação.

Além de fornecer, não temos dúvida nenhuma aqui, uma alimentação de qualidade e saudável, quem ganha com isso são aqueles que a produzem, os

nossos assentados, e ao mesmo tempo também, especialmente, aqueles e aquelas que farão o consumo de merenda escolar.

Então, gostaria de fazer este registro, porque quem vai administrar esse processo todo é a Cooperativa Central do Movimento dos Sem Terra, para oportunizar que outros segmentos ligados à agricultura familiar possam também fornecer alimentação escolar entregue à rede estadual.

Para concluir, sr. presidente, faço hoje esse registro diante da importância que representa esse projeto para os assentados da reforma agrária e ao mesmo tempo também atendendo a uma demanda importante, que é a merenda escolar nas escolas estaduais.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero dar as boas-vindas, sr. presidente, à vereadora Cris Arrabar, do Partido dos Trabalhadores, do município de Canoinhas. Vale ressaltar que depois de 12 anos a Câmara de Vereadores recebe uma vereadora.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de registrar a presença do vereador Adriano Rigo, do município de Serra Alta; do Colégio Cenecista Nossa Senhora de Fátima, de Taió; do prefeito Egon Gabriel Júnior, do município de Dona Emma; do prefeito Rodrigo Prais, de Rio do Campo; do prefeito Hélio Cesar, o Alemão, de Siderópolis.

Agradecemos a presença de todos em nome da Mesa Diretora, em nome de todos os srs. deputados, como também desejamos que cumpram e alcancem seus objetivos no dia de hoje.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o nosso líder, deputado Carlos Chiodini, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pelo sistema Alesc de comunicação, TVAL e Rádio Digital, e quem está também nos acompanhando pessoalmente no plenário, quero destacar a presença dos vereadores Otávio Ramos, Oziel da Lavação e Reginaldo, da nossa querida Garuva, no norte catarinense; do prefeito Sérgio Aguiar, de Itapoá; do prefeito Luiz Carlos Tamanini, de Corupá; da comitiva de lideranças do município de Massaranduba, capitaneada pelo vice-prefeito Armindo César Tassi, dentre outras que nos acompanham.

O que me traz novamente a esta tribuna é o momento que o nosso estado vive quanto a algumas complicações geradas por novas políticas públicas no que diz respeito ao regramento, especificamente, do ICMS. Acompanhamos no ano passado o início das movimentações para a mudança dos critérios que os estados vinham adotando nas importações, e agora temos o advento da PEC 001. O editorial do jornal *Notícias do Dia* de hoje acende uma importante discussão e, por que não dizer, uma importante preocupação na esfera econômica do estado de Santa Catarina.

É fato que todas as obras inclusas nos projetos já divulgados pelo governo do estado, assim como os termos de assinaturas já publicadas, têm amparo legal e financeiro através de recursos captados junto aos bancos, às agências de fomento com o respectivo fim. Mas a nossa preocupação tem outro destino. É que a redução da nossa arrecadação vai trazer, evidentemente, consequências imediatas de atitudes relativas à política federal que vem tratando especificamente o assunto do ICMS.

Não é de hoje que se fala sobre isso, sobre a política da relação de distribuição de recursos entre os estados e os municípios, colocando o estado, na minha visão, como o ente mais frágil da federação e causando inúmeras dificuldades que hoje diariamente vimos aqui. E Santa Catarina, mesmo sendo um grande estado produtor, com todos os seus predicados e bons exemplos, não se difere dessas dificuldades. E o cenário é muito preocupante.

Os desafios hoje dos governos estaduais não são apenas realizar as obras ou promover as políticas sociais. O grande problema, pelos menos aqui em Santa Catarina, é readequar a gestão do nosso estado à grande redução da arrecadação e consequência das medidas relativas à redução da arrecadação do ICMS.

Só nos portões, nós que temos cinco portos exemplos em rapidez, em desenvolvimento, o que nos dá essa característica especial, o estado de Santa Catarina deve perder em torno de R\$ 1 bilhão, em 2013. Só no primeiro mês apurado, que houve o reflexo, que foi fevereiro, Santa Catarina já perdeu R\$ 90 milhões. Então, deve passar de R\$ 1 bilhão, seguindo essa projeção no ano de 2013, sem contar uma estimativa de perda de receita, algo em torno de R\$ 2 bilhões, que advém da nova padronização de alíquotas de ICMS, prevista na PEC 001, que se encontra na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos - do Senado federal, que está tramitando a jato e prestes a ser aplicada e que vai nos custar muito caro.

Nesse ritmo, com a redução da arrecadação, muito em breve, o estado de Santa Catarina perderá sua capacidade, assim como outros estados, do seu próprio custeio. Está usando quebras generalizadas em diversas unidades da federação. Especificamente no caso da PEC 001, seis estados brasileiros terão perdas significativas, dentre eles Santa Catarina, que, com a unificação do ICMS, acabam perdendo essa receita, porque vendem mais para outros estados do que compram.

A proposta do governo federal para compensar Santa Catarina e os outros estados que sofreram ou

vão sofrer as perdas é a criação de um Fundo de Compensação de Receitas, chamado FCR, onde o mecanismo cobrirá as perdas durante um período até a acomodação de contas dos estados. Também está se discutindo com os nossos senadores, representantes desses estados, a prorrogação da vigência dos benefícios desse fundo, mediante as nossas perdas.

A Lei Kandir, por exemplo, criada em 1996, prometia cobrir as perdas dos estados exportadores e dar isenção de ICMS a produtos e serviços exportados. Mas em 2012 Santa Catarina só recebeu algo em torno de 7% do que de fato era devido. Assim o nosso estado foi prejudicado, por ser um grande exportador de produtos industrializados em tantas áreas, a exemplo do setor metalmeccânico, que é expoente no norte catarinense, a nossa forte agroindústria, dentre outros produtos que muitas vezes nem imaginamos a grandiosidade da indústria catarinense e suas inúmeras frentes.

Com a nova medida mais uma vez, infelizmente, o nosso estado vem a perder, desta vez por produzir muito mais do que o seu mercado consumidor estadual e vender esses produtos em outros estados, ou seja, quem realmente é a motriz da economia brasileira acaba pagando o preço disso e acumulando perdas frequentes.

Na verdade, como disse o próprio secretário Gavazzoni em entrevista, perdem todos em Santa Catarina. A indústria perde a competitividade, o varejo especificamente também perde.

Estávamos há poucos dias discutindo o decreto 1.357, e foi colocado que o varejo perde benefícios do programa Simples estadual. E com esse advento da PEC 001 isso é praticamente inevitável, porque regulamenta nacionalmente essa perda. Em dez anos essa perda superará em torno de R\$ 20 bilhões. É claro que a nossa economia vai crescer, mas vamos perder investimentos e outras situações que não eram previstas.

Por isso, sr. presidente, é urgente esforços, uma revisão nacional do sistema tributário, o tão falado pacto federativo, medidas concretas que visem proporcionar uma distribuição mais equânime dos recursos arrecadados pelo governo federal aos

estados e municípios, que hoje ficam em mais de 70% com a União, levando em conta que grande parte dessas arrecadações partem das contribuições sociais que não eram previstas na Constituição e não entravam no bolo de divisão com os outros entes da federação.

Antes de os estados quebrarem, precisamos de outro pacto federativo, mas com a importante missão de que atendam aos estados e aos municípios de forma mais justa e que se interrompa, até que seja estabelecida essa discussão, medidas como essa da PEC 001, já em tramitação e praticamente a caminho da aprovação no Senado federal, com o consentimento e promovida pelo governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero registrar a presença do vice-prefeito de São João do Oeste, Ernani, e também de vereadores daquele município do extremo oeste de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente e srs. deputados, tivemos a alegria na noite de ontem de contar com a presença do governador Raimundo Colombo, juntamente com o secretário Dalmo de Oliveira e o secretário Valdir Cobalchini, na região de Itajaí e de Balneário Camboriú. Lá fizemos algumas ações e atos que trarão um retorno social e econômico muito grande para a nossa região.

Conseguimos enfim o tão sonhado recurso para a construção do segundo anexo do hospital Marieta, que está para a região de Itajaí como o Santa Isabel está para a região de Blumenau e como também os hospitais Hans Dieter Schmidt, Dona Helena e São José estão para a região de Joinville, ou seja, drenam todos aqueles pacientes que precisam de tratamento mais complexo.

Ontem fomos agraciados com o valor de R\$ 50 milhões para a construção e compra de equipamentos para o hospital Marieta, que é do estado e que está nas mãos das irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Isso, com certeza, dará a nossa região um novo alento na saúde pública, já que o município de Balneário Camboriú passa por um momento difícil, e depois até quero voltar com esse tema. Isso é de extrema importância para todos nós.

Também, sr. presidente, na área da infraestrutura, o secretário Cobalchini e o governador autorizaram o início do projeto de engenharia da obra de pavimentação que liga o bairro Braço, em Camboriú, com o bairro da Limeira, na cidade de Brusque. Ainda foi autorizado o início do estudo de viabilidade da obra que liga Itapema ao município de Camboriú, por dentro das duas cidades, na altura mais ou menos do hotel Plaza.

Isso, com certeza, vai trazer uma nova situação para a nossa região, principalmente agora que todos nós estamos sofrendo com a duplicação da BR-101, que já não faz mais efeito. E não tem dia que não tenha fila naquela região.

Isso vai fazer, srs. deputados, que um veículo entre no município de Itapema, na altura do primeiro trevo, o trevo das peixarias, e saia praticamente lá em Indaial, na BR-470, sem usar a Antônio Heil, sem usar a Jorge Lacerda, sem usar a BR-101, trazendo, com certeza, uma nova perspectiva para todos nós. São duas obras de valor não tão elevado, mas de extrema importância para todos nós.

Então, com certeza fiquei feliz e quero fazer um agradecimento de público ao governador Raimundo Colombo, aos secretários Valdir Cobalchini, Dalmo de Oliveira, porque agraciaram os municípios da nossa região com obra de tamanho porte e envergadura, o que faz com que acreditemos cada vez mais neste governo.

A festa, sr. presidente, somente não foi maior, porque o meu município não foi contemplado com nada, o município de Balneário Camboriú. Quero agradecer ao governador Raimundo Colombo.

Sr. presidente, estou neste Parlamento há 12 anos, o prefeito de Balneário está há cinco anos. E nunca subi a esta tribuna para tecer uma crítica que fosse ao prefeito de Balneário Camboriú. Mas não dá mais para fazer de conta, porque se alguma coisa está errada em Balneário Camboriú, o prefeito aponta o dedo para alguém, como se alguém fosse o culpado, porque ele não é culpado por nada.

A coluna do jornalista Moacir Pereira, de domingo, traz uma crítica do prefeito Edson Renato Dias ao governador Raimundo Colombo.

O prefeito lançou um *release* na imprensa criticando o governador Raimundo Colombo, falando que é um governo sonolento, enfim. Mas fica difícil querer ajudar o município de Balneário Camboriú quando o prefeito deliberadamente, voluntariamente, cria dificuldades para essa ajuda ou não aceita ajuda de quem quer lhe estender a mão.

É muito fácil vir à imprensa e criar factóides, apontar dedo como se ninguém quisesse ajudar, quando ele na verdade é que não quer receber ajuda.

Srs. deputados, não sou eu que estou dizendo isso, mas a imprensa da região, não de Balneário, mas da região, que traz matérias a respeito do que acontece, hoje, em Balneário Camboriú. Como essa do *Diário do Litoral*:

(Passa a ler.)

"A polêmica da duplicação só vai existir por causa de interesses particulares, onde se está duplicando uma estrada que não precisa ser duplicada para atender a dois terrenos de um secretário e de um ex-secretário."

Todo mundo sabe o que aconteceu, aqui, com o hospital Ruth Cardoso, quando o deputado Volnei Morastoni bravamente lutou para tentar ajudar e fez severas críticas àquela organização social que lá estava, que administrou muito mal o hospital. Eu não quis me envolver naquela polêmica, porque era o Dado que estava falando e aí poderia ficar aquele ranço nas eleições. Mas eu quero trazer a notícia do jornal do dia 26 de março de 2013, que

trouxe o ato de criação do departamento de Gestão e Consultoria em Saúde da Cruz Vermelha, a tão famigerada Cruz Vermelha.

Eles criaram esse departamento no dia primeiro de dezembro de 2010, deputado Altair Guidi, e logo na sequência ganharam uma licitação dentro desse hospital.

O deputado Sargento Amauri Soares tem participado de muitos movimentos contra, nas organizações sociais, e sabe muito bem como é difícil para uma organização que tem tudo na ponta do lápis, quanto mais para uma desorganizada que não serviu para nada.

Mas por que eu faço esse desabafo, srs. deputados? Não é para criticar a gestão de ninguém. É porque eu pessoalmente já levei três vezes recursos ao Balneário Camboriú, para a área da Saúde, os quais foram rejeitados pelo prefeito, srs. deputados. Três vezes! Das duas policlínicas, uma foi para Camboriú e outra para Itapema, porque o prefeito não quis.

Então, quando vem para Florianópolis ou qualquer lugar do estado criticar o governador Raimundo Colombo, ele está equivocado. Primeiro, assumo os seus erros! Primeiro diga que errou aqui e aqui, para depois apontar o dedo para os erros dos outros.

É isso, srs. deputados, que não dá mais para aceitar.

Então, srs. deputados, em cinco anos eu nunca subi a esta tribuna para fazer qualquer tipo de críticas do que acontece hoje em Balneário Camboriú. A Câmara faz e faz bem feito, mas a mentira não dá mais para aceitar. Não dá para dizer que o governo do estado não ajuda o município, porque não é verdade. Só em duas policlínicas foram mais de R\$ 10 milhões que o prefeito não quis, srs. deputados, em detrimento da saúde da população de Balneário Camboriú. E se ele vier aqui e dizer que o governador não ajudou e tiver os seus motivos, serei o primeiro a me irmanar ao seu discurso, mas mentira, não. Comigo não vai ser mais boca fechada. A partir de hoje corrigirei todas as palavras e as mentiras que o

senhor prefeito de Balneário Camboriú falar a respeito do governo do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Dado Cherem!

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, gostaria de fazer a solicitação de retirada de pauta das mensagens de veto, porque tem colegas propositores de projetos que não estão presentes. Então, se fosse possível, deixemos para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência atendendo à solicitação do deputado Carlos Chiodini, retira de pauta os vetos, deputado Aldo Schneider, que estavam previstos para votação no dia de hoje.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, nós da bancada do PMDB e na condição de líder do governo, gostaríamos de ratificar a solicitação do deputado Carlos Chiodini, até em respeito a muitos colegas deputados que são autores de projetos de leis e que não estão neste momento em que analisaríamos a derrubada do veto.

Então, é apenas para corroborar a solicitação do nosso líder.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Deputado Aldo Schneider, faremos a retirada do veto, como também retiramos de pauta da votação de hoje o PLC n. 0042/2011, pois trata-se de projeto de lei complementar de autoria do Tribunal de

Justiça, o qual passaremos para a Ordem do Dia de amanhã.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, se pudesse repassar para a Ordem do Dia de amanhã o Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2013, para que pudéssemos apreciar amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está retirado de pauta também.

Temos ainda o PLC n. 0001/2013, que passamos para pauta de amanhã, o PLC n. 0026/2012 e o PLC n. 0042/2011 que já foi retirado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0047/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que estabelece nova designação a ser adotada pelas autoridades públicas para a droga crack.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, da de Saúde e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0306/2012, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que institui o Dia Estadual da Eubiose no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0251/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui a Semana Catarinense de Reciclagem nas escolas públicas estaduais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0257/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que altera o art. 1º da Lei n. 12.282, de 2002, que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar das unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parece favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, elaboramos uma emenda e retiramos os produtos animais em virtude da dificuldade de comercialização desses produtos. E deixamos os demais.

Quero registrar que temos uma grande preocupação com a alimentação de qualidade. Temos quase 30% das nossas crianças em idade escolar sofrendo de obesidade infantil. São dados do ministério da Saúde.

Acreditamos que com esse projeto podemos iniciar um grande debate sobre alimentos, com a comunidade escolar, não somente com os alunos, mas também com os pais, os professores, para que as crianças aprendam o que é um alimento de qualidade, alimento saudável, que proporcionará qualidade de vida e saúde. E sempre afirmamos que a saúde das pessoas começa pela alimentação.

Portanto, pedimos o apoio aos nossos colegas parlamentares para a aprovação desse projeto que, com certeza, é de grande importância para o nosso estado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0258/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que denomina Centro Esportivo Vitório Stormovski o espaço esportivo do centro comunitário Centro Social Ilma Rosa De Nês, no município de Chapecó.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0360/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Dia do Passeio Ciclístico no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Aprovado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu só gostaria de registrar a presença do secretário de Desenvolvimento do município de Canoinhas.

Obrigada por sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agradecemos a presença do secretário do Desenvolvimento do município de Canoinhas.

Esta Presidência comunica que enviará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações de n.s 0133/2013, 0134/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0135/2013, 0136/2013, 0137/2013, 0138/2013, 0139/2013, 0140/2013, 0141/2013, 0142/2013, 0143/2013, 0144/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0145/2013, 0146/2013, 0147/2013, de autoria do deputado Darci de Matos.

Comunica, também, que defere os seguintes Requerimentos de n.s 0211/2013, 0212/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0213/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck, 0214/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0215/2013, de autoria do deputado Ciro Roza; 0216/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0217/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0218/2013, de autoria da deputada Angela Albino.

Moção n. 0015/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, manifestando à dra. Noemia Bohn, da

Universidade Regional de Blumenau, apoio ao Projeto Conjunto de Realização de Evento Científico entre a Universidade Regional de Blumenau - Furb e instituições francesas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0016/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, manifestando ao presidente da Câmara dos Deputados repúdio à escolha do deputado Marco Feliciano para a Presidência da comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0017/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, solicitando ao presidente do Senado a revisão do valor das tarifas para as cooperativas e permissionárias de energia elétrica, com o objetivo de buscar nova redução para esse setor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0018/2013, de autoria da deputada Angela Albino, manifestando ao ministro do Turismo apoio à campanha para Florianópolis sediar a Feira Internacional de Cruzeiros Seatrade Latin America, edição 2014.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Com a palavra a eminente deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, Sr. presidente.

Sr. presidente, esse é o grande evento do setor de cruzeiros no mundo inteiro. Santa Catarina apresentou a sua candidatura através de Florianópolis. E a aprovação por esta Casa por desse requerimento torna essa candidatura de fato no perfil que deve ter, como uma candidatura do estado de Santa Catarina. É um momento importante para termos visibilidade nesse setor que cresce no mundo inteiro.

Nós somos uma parte significativa da costa brasileira, em particular a região da Grande Florianópolis, que tem todas as condições de sediar essa feira e fazer um grande evento não só para a nossa capital como para todo o estado de Santa Catarina, Sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito bem, deputada Angela Albino.

Continua em discussão a matéria.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0024/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de Estado da Educação, solicitando informações sobre as escolas que serão beneficiadas pelo Programa "Pacto por Santa Catarina".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0025/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de Estado da Infraestrutura, solicitando informações sobre as estradas a serem recuperadas e construídas pelo Programa "Pacto das Estradas".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0026/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, solicitando informações sobre os motivos que justificam a publicação do Decreto n. 1.427, de três de março de 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero primeiro fazer um justo apontamento, porque na hora da minha intervenção não pude fazê-lo, que é registrar a presença do diretor para assuntos de turismo, da Associação Industrial e Comercial de Florianópolis, Ernesto Santiago, que tem sido entusiasta da candidatura de Florianópolis para sediar a grande Feira

Internacional de Cruzeiros do Mundo. Eu agradeço a sua presença e muito particularmente a deferência em permitir que o nosso mandato possa impulsionar o debate desse tema.

Tenho certeza de que irá repercutir nas Câmaras de Vereadores do estado todo e, como já disse, interessa ao estado de Santa Catarina e não apenas à cidade de Florianópolis sediar esse grande evento. Talvez, se tivéssemos nos empenhado quando da discussão das sedes da Copa do Mundo, se a nossa força política de Santa Catarina tivesse se empenhado mais, hoje poderíamos estar recebendo as grandes obras que o Brasil inteiro tem visto, principalmente no campo da infraestrutur, que para nós certamente seria muitíssimo bem-vindas.

Faz-nos falta não ser sede da Copa do Mundo, e sou apaixonada por futebol, mas não é por causa disso, é devido à antecipação dos recursos de investimento do governo federal que estamos vendo em várias sedes do mundo inteiro. E Florianópolis, assim como todo o estado de Santa Catarina, tem toda a vocação para sediar grandes eventos, pela sua beleza, pela capacidade do nosso povo. Mas é preciso que a força política do nosso estado esteja à disposição desses grandes eventos que acontecem e que transformam completamente a economia de qualquer lugar.

Recentemente estive em São Joaquim, visitando algumas regiões produtoras de vinho. E é com grande angustia que se vê o desenvolvimento econômico de São Joaquim comparativamente, por exemplo, com Gramado. São Joaquim é muito mais bonito do que Gramado, mas não tivemos a visão de gestão pública capaz de transformar esse município no potencial turístico que é hoje a cidade de Gramado, um potencial turístico construído, desenvolvido por ação governamental.

Precisamos aqui no estado de Santa Catarina ter essa visão e trazer grandes eventos. E novamente agradeço ao diretor de turismo da Associação Industrial e Comercial de Florianópolis, Ernesto Santiago, que já conheço desde o tempo que fui vereadora na capital, quando vi todo o seu empenho.

Devemos pensar no obvio: que nessa terra maravilhosa, capital dos catarinenses, maior parte do seu território é uma ilha, geralmente congestionado, o transporte marítimo é uma obviedade tão grande, que é estranho que ainda precisamos defender.

Notadamente, quero lembrar que até a década de 20 usávamos o transporte marítimo como forma de comunicação com a porção continental da nossa cidade e do estado.

Mas gostaria também de ocupar a tribuna, na tarde de hoje, senhoras e senhores, para mencionar o pedido de tutela antecipada que o Ministério Público de Santa Catarina protocolou para que o estado dê uma solução aos problemas estruturais e sanitários e a falta de recursos humanos e materiais que atingem o Hospital Infantil Joana de Gusmão de Florianópolis.

Noticiamos aqui eu, a deputada Ana Paula Lima e o presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni, que estivemos ano passado e novamente este ano no referido hospital para tratar de um assunto aparentemente pontual, ou seja, a transferência da área de oncologia onde está hoje para outra ala. Na verdade, nós nos deparamos com uma questão estrutural gravíssima.

Em particular, os deputados que compõem a base do governo precisam atentar para essa grave situação em que vivem os hospitais de Santa Catarina, em especial aqueles que são referência em nosso estado para tratamento de toda a população catarinense.

Srs. deputados, na visita que fizemos havia pessoas de todo o estado com seus filhos aguardando notícias de como se daria essa transferência. O diretor do hospital certamente estava sem condições de fazer diferente do que estava propondo, sendo feita a transferência de uma ala que era muito confortável, muito limpa, nova, que era a ala C, para uma ala muito menor, muito mais difícil de convívio do que é hoje, e agora aquele hospital aguarda a conclusão de uma obra na área de oncologia que deveria levar 15

dias, que é o que foi noticiado aos pais naquele momento, que já dura nove meses.

Compreendemos que o estado brasileiro hoje, os municípios e os governos do estado estão premidos por esse sistema que tem mais gente controlando do que executando. O engenheiro, por exemplo, que atua na área de controle ganha três vezes mais do que o engenheiro que atua na área de execução. Uma série de dificuldades, em que temos de fazer valer de fato a vontade, a decisão política.

Então, o Hospital Infantil do estado de Santa Catarina, porque esse hospital não é somente de Florianópolis, é de todo o estado, precisa de um olhar especial. E queria saudar o Ministério Público por esse pedido de tutela antecipada, para que possamos reverter a situação estrutural em que vive o hospital. Inclusive estivemos na UTI neonatal do hospital, senhores e senhoras, a maioria que está aqui é pai, é mãe, e bebês que estavam com respirador tinham do lado um balde para dar conta da goteira que caía. É uma situação muito tocante que precisamos ter uma solução.

É um problema estrutural que precisa ser resolvido, é um problema sanitário, mas eminentemente de recursos humanos. E mesmo que se colocasse em funcionamento todo o Hospital Infantil não teríamos profissionais para dar conta disso.

O referido hospital há 20 anos inaugurou com oito salas de cirurgia e nunca, repito, nunca quatro delas foram postas em funcionamento! E quantas das nossas crianças aguardam em filas para que possam ter acesso a uma cirurgia, pois faltam profissionais?!

A saúde, assim como a educação, a segurança, é feita eminentemente por pessoas e precisamos que o Hospital Infantil tenha esse olhar do governo de mais zelo do estado; e se precisar fazer aditivo de contrato que seja feito, se precisar trabalhar final de semana, que isso seja feito, se a obra ficar mais cara é porque isso precisa ser visto como prioridade, porque do que jeito que está hoje a UTI do Hospital Infantil não é possível! Os pacientes foram transferidos para a ala de

oncologia, que por sua vez já estavam numa ala emprestada, e novamente vão ser transferidos para outro lugar.

Quando fizemos a visita ao hospital, ainda no final do ano passado, essa ala que hoje abriga a oncologia e vai passar a abrigar a UTI neonatal estava fechada, porque foi inaugurada, aliás, com grande pompa e repercussão positiva na mídia, mas nunca foi efetivamente usada. Está sendo usada até então, temporariamente, para área de oncologia e agora temporariamente também para a UTI. Portanto, creio que o estado de Santa Catarina não precisa sequer desse pedido de tutela antecipada. Mas já que as coisas não estão andando, que seja feito dessa forma.

Dentro dos governos, infelizmente é natural que assim aconteça em certa medida, senão natural, mas ordinário, pois os governos têm concepções diferentes dentro da própria administração e é preciso fazer disputa de orçamento. E nessa hora, senhores, tratando-se do Hospital Infantil Joana de Gusmão, precisamos estar todos unidos para que de fato aquelas crianças e as que precisarão ainda de atendimento em Santa Catarina possam, efetivamente, ter no Hospital Infantil a referência que tem sido ao longo da sua história o grande hospital das crianças catarinenses.

Portanto, essa ação do Ministério Público precisa ter o apoio da nossa Casa, mas muito particularmente dos parlamentares da base do governo, para sensibilizar o governo do estado da imensa prioridade que precisamos ter no tratamento dos nossos hospitais e entre eles essa situação caótica que vive o Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Portanto, o nosso desejo é que o governador do estado Raimundo Colombo, na sua disposição, como tem feito propaganda pelo estado de que vai efetivamente olhar pela saúde, possa dar conta desse problema pontual, mas muito importante para o nosso estado, que é cuidar do perfeito funcionamento do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público presente nesta Casa, hoje tivemos a visita de muitos vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, mas quero destacar a presença do nosso prefeito de Rio do Campo, Rodrigo Preis, e Egon Daniel, de Dona Emma. Essas lideranças estão participando desse grande encontro da Fecam que está acontecendo desde ontem na nossa capital.

Mas quero agradecer aos nossos colegas deputados e deputadas pela aprovação do Projeto de Lei n. 257, de nossa autoria, que trata da alimentação saudável nas nossas escolas.

Temos que discutir na comunidade escolar catarinense o grande problema da má qualidade dos alimentos fornecidos às nossas crianças tanto nas escolas quanto em suas próprias casas, que são produtos industrializados com baixo poder nutritivo, e trocá-los por um alimento de qualidade, orgânico e agroecológico, para mudar essa triste realidade de estarmos chegando a 30%, segundo dados do Ministério da Saúde, com crianças em idade escolar com problemas de obesidade.

Além disso, o projeto também beneficiará os mais de três mil e quinhentos agricultores familiares que hoje produzem um produto diferenciado na nossa agricultura familiar catarinense. Então, quero agradecer a aprovação do meu projeto, e esperamos que o governador Raimundo Colombo sancione-o, pois é de grande importância para a sociedade catarinense.

Em segundo lugar, quero lamentar por ter que vir aqui falar sobre o nosso querido e pequeno município de Saudade, que tem perto de dez mil habitantes e que nos últimos meses vem sofrendo muito com roubos e violência. Tem ocorrido até um fato por dia como roubo de carros, de motosserras, de estepes de carros ou de televisão. E o fato mais grave ocorreu há uns 50 dias, que foi a morte

de um agricultor, queimado dentro de um galpão na sua propriedade.

No nosso pequeno município todos estão apavorados e pensando quem será a próxima vítima, de tanta malandragem que vem ocorrendo. Apenas na sexta-feira passada tivemos roubo de carros, cinco ou seis casas arrombadas e uma porção de outros roubos.

Então queremos uma providência. Sabemos que v.exa., deputado Sargento Amauri Soares, é conhecedor dessa situação da segurança pública. E enquanto os bandidos agiam pelo estado com os grandes delitos, os bandidos pelo interior também faziam o serviço.

Não é possível não conseguir identificar esses bandidos, depois de 60 dias da ocorrência! O que está acontecendo?

Eu não quis vir para esta tribuna antes, porque achei que poderíamos resolver essas questões, mas estamos apavorados com as coisas que estão acontecendo, tanto no interior quanto na cidade. O delegado da minha região, inclusive, falou, sobre o crime contra o agricultor que morreu queimado, que todas as suspeitas apontavam para um assalto. E, segundo o laudo, o agricultor foi pendurado com arames e, em seguida, atearam fogo no galpão.

Então, estamos cobrando resultados da secretaria da Segurança Pública do estado e da Polícia Civil de Chapecó, que são responsáveis pela nossa região. Estamos sem delegado. Um dia é um delegado de Cunha Porã, no outro dia, de Pinhalzinho, e as famílias não têm a quem recorrer. Há uma insegurança total. Então, estamos cobrando, desta tribuna, agilidade para pegar aquela turma que está fazendo tanto estrago no município de Saudade.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. deputado Dirceu Dresch, agradeço o aparte. Quero solidarizar-me com v.exa., com a população de Saudade, sua cidade, e dizer que em cidade deste

porte ainda é possível resolver o problema, mas é preciso que as autoridades regionais, onde tem mais estrutura de Polícia Militar e Civil, desloque um efetivo extraordinário para ir lá e combater esses crimes. Fazendo dessa forma eles vão encontrar, e não é muita gente, deve ser um pequeno grupo que está cometendo todas essas barbaridades.

Então, juntamente com v.exa., recorro ao secretário da Segurança Pública, ao comandante da Polícia Militar e ao delegado-chefe da Polícia Civil, para que deem uma verificada na situação na cidade de Saudade e outras, que devem estar na mesma situação, para que se defina uma força-tarefa para resolver esse problema.

Toda a nossa solidariedade a v.exa. e ao povo da sua cidade.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - O último carro roubado na sexta-feira à noite foi do vereador do nosso partido, um Fiat Uno, um dos seus únicos bens.

Então, amanhã vou encaminhar uma moção ao secretário da Segurança Pública. E vamos conversar também em Chapecó com as Polícias Militar e Civil da região, para que tomem providências, porque não dá mais para conviver com essa situação.

A população está muito assustada, pois à noite, com as famílias dormindo, os bandidos estão arrombando as casas e levando os seus bens embora.

Mas quero aqui também aproveitar esse dia de hoje para dizer que na semana passada, deputado José Milton Scheffer, estivemos ausente da sessão e desta Casa porque participamos de dois grandes eventos de duas entidades importantes para a agricultura familiar no estado de Santa Catarina e do sul do Brasil. Um foi o congresso da Fetraf-Sul, em São Lourenço do Oeste, um encontro com mais de mil delegados e delegadas dos três estados do sul, com agricultores e agricultoras e com lideranças com o seu chapéu de palha discutindo o futuro da nossa agricultura familiar. Alguns temas muito fortes do debate foram de fato a continuidade da agricultura familiar, a

permanência dos jovens, a educação no campo e a questão da renda. Enfim, foram discutidos um grande número de temas.

Na quinta-feira e na sexta-feira tivemos o grande seminário da Cresol, sendo que na sexta-feira houve a assembleia para a eleição da nova direção.

Então, tanto a Fetraf-Sul quanto a Cresol elegeram as suas novas direções para o próximo período, e que irão coordenar essas entidades tão importantes na vida da agricultura familiar e que já trouxeram tantas lutas e tantas conquistas para a vida dos agricultores, como a questão do Pronaf, da habitação rural e da aposentadoria. E temas como o Código Florestal Brasileiro e o seguro da agricultura familiar. Enfim, um grande número de conquistas, mas há ainda grandes desafios pela frente.

Portanto, quero parabenizar as novas direções, tanto da Cresol, quanto da Fetraf, que estão assumindo essas importantes entidades para coordenar nesse próximo período a luta tanto da questão do crédito quanto da questão geral da nossa agricultura familiar do sul do Brasil.

Quero deixar os nossos cumprimentos e os nossos parabéns. Espero que as entidades sempre consigam cumprir a sua função, que é construir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para a nossa agricultura familiar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

